



REPRESENTAÇÕES ACERCA DO SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO JOINVILENSE¹

Camila Diane Silva²; Janine Gomes da Silva³

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo evidenciar as representações acerca do sistema carcerário feminino joinvilense, problematizando histórias e memórias de mulheres condicionadas ao cárcere, egressas do sistema, bem como mulheres ligadas a instituições que trabalham com esta questão, como o Conselho Carcerário da Comunidade de Joinville, o Centro de Direitos Humanos “Maria da Graça Brás” – CDH, e a Pastoral Carcerária. Inicialmente foi realizada uma ampla análise bibliográfica permeando temáticas relacionadas à história regional, instituições fechadas, gênero, memória e a metodologia de História Oral, seguidas de análise documental do Arquivo Histórico de Joinville – AHJ, bem como da biblioteca de apoio do CDH. Após este período houve a realização de entrevistas. As histórias e memórias destas mulheres revelam o crescente número do contingente carcerário feminino, em âmbito nacional, nos últimos 10 anos. Joinville, que até meados da década de noventa não possuía nenhuma estrutura carcerária feminina, passa a receber uma demanda crescente, tendo que lidar com improvisos e arranjos dispostos a atenderem a premência. Atualmente a cidade conta com uma Ala Feminina improvisada, com a capacidade para atendimento de 35 detentas, no entanto atende o número aproximado de 100 mulheres. Os motivos, em sua grande maioria, estão relacionados ao ato coadjuvante no auxílio ao tráfico de drogas e conseqüentemente o estabelecimento na condição do comando do crime. Destaca-se que os índices de reincidências estão presentes em muitos dos casos, caracterizando a ausência de um trabalho ressocializante e principalmente a assistência e o apoio à egressa do sistema carcerário.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Mulheres; Sistema Carcerário.

INTRODUÇÃO

Ações, espaços e pessoas passam muitas vezes despercebidos em nosso cotidiano, seja pela correria diária ou pelo processo osmótico de achar que tudo esta onde deveria estar. No entanto fomos condicionados (as) a segmentar e classificar os espaços e os pares, portanto naturalizamos as coisas. Os espaços destinados ao cárcere e o contingente referente a este, por exemplo, somente estão em posição de destaque quando abalam a ordem através de alguma rebelião ou fuga. Um exemplo que reflete um maior nível de complexidade está onde crimes e celas estão para elas, pois além de tratar-se de ações e espaços que vão contra a ordem, as protagonistas são as “rainhas

¹Este trabalho é um desdobramento do Projeto de Iniciação Científica “Crimes, celas e elas: memórias de mulheres sobre a condição de cárcere na cidade de Joinville”, financiado pelo FAP/UNIVILLE. Esta pesquisa foi realizada no ano de 2008, no qual pôde-se constatar o crescimento desordenado da população carcerária feminina, altos índices de reincidências e a ausência de apoio e assistência às egressas do sistema carcerário. Portanto, um novo Projeto foi elaborado, intitulado “Narrativas de mulheres egressas do sistema carcerário na cidade de Joinville” e encontra-se em desenvolvimento no decorrente ano.

²Acadêmica do curso de História. Departamento de História da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Joinville – SC. Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do PIBIC/FAP - UNIVILLE. camiladiane@yahoo.com.br.

³Orientadora Professora Doutora do Departamento de História – UNIVILLE e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Gênero e Memória” da Instituição. janine.gomes@univille.net

dos lares” (RAGO, 2003, p. XIV)⁴. A cidade de Joinville atualmente possui duas unidades prisionais situadas no bairro Paranaguamirim, localizado em uma área afastada do centro da cidade, atendendo a população carcerária da região e de outros estados. O Complexo Penitenciário é composto pela Penitenciária Industrial de Joinville e o Presídio Regional de Joinville inaugurado no início da década de noventa, que inicialmente tinha a finalidade de atender homens em condição de cárcere e devido à premência, um espaço foi concedido para a improvisação de uma Ala Feminina. Esta foco da presente pesquisa que procurou problematizar por intermédio da metodologia da História Oral, histórias e memórias de mulheres sob(re) a condição de cárcere, podendo contribuir com a historiografia local, que até o momento não tematizou este assunto, relacionando a inserção de gênero como categoria de análise, inclusão da mulher, novas visões e concepções historiográficas (SCOTT, 1990). Pôde-se constatar que nos últimos dez anos houve um crescimento desordenado e atualmente a Ala, com capacidade para trinta e cinco, encontra-se super lotada, com o número aproximado de cem mulheres. A maioria dos crimes cometidos por estas mulheres estão ligados ao ato coadjuvante no auxílio ao tráfico de drogas e conseqüentemente, o estabelecimento destas na condição do comando, como forma de manutenção da renda, seja para o sustento do lar ou vício em drogas. Outro fato recorrente é a ausência de um trabalho ressocializante por parte da instituição – cárcere, bem como políticas públicas voltadas para estas mulheres, tendo em vista que estar inserida no sistema carcerário é se ausentar da sociedade. De acordo com Goffman, este tipo de instituição total “... é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo...” (GOFFMAN, 2005, p. 16). Ou seja, partindo do pressuposto que ao término da pena a/o interna/o retorna ao mundo exterior como egressa/o do sistema carcerário, percebe-se os reflexos da ausência de um trabalho ressocializante por parte das instituições bem como a assistência e o apoio à/o egressa/o do sistema carcerário, evidenciados pelos altos índices de reincidências, principalmente, femininas. É notável a preocupação presente nas entrevistas de algumas mulheres na eminência da liberdade, ao imaginarem a burocracia que às esperam quanto à condição de egressas e a sensação de “liberdade vigiada”, como a fala seguinte: “[...] e depois que eu tiver na rua, eu vou ter que ficar assinando no Fórum oito anos. [...] até completar os doze [...]. Todo mês, se mudar, ou acontecer alguma coisa, tem que justificar, não é, na justiça, o motivo. Por que senão eles trazem na hora”⁵.

Segregar e condicionar estas mulheres em um espaço longe dos olhos e do cotidiano da cidade, tendo em vista que o presídio fica longe da região central, instaura a ordem, trazendo a impressão de que crimes, celas e elas são palavras desassociadas. Muitas das detentas entrevistadas apresentam situações de reincidências contínuas como revela a fala seguinte:

20 anos [...]. Daí eu vim por causa que os meus pais vendiam, tudo, não é, e eu morava junto com eles. Toda vida eu morei com meu pai e com a minha mãe e pelo fato de eu e minha mãe saber que o meu pai fazia e que vendia, ou a minha mãe acobertava ele, que nós não denunciava, por isso nós viemos junto, não é [...]. Desde os meus sete anos de idade eles já mexiam, mas eles foram cair quando eu tinha nove anos [...]. Essa que é agora a quinta cadeia deles. Saindo e entrando, saindo e entrando, saindo e entrando [...]. Daí cada vez mais a família se envolvendo, a minha irmã também já começou a vender, daí minha outra irmã também, meu irmão, daí nós viemos tudo. Viemos outra vez, sete da família preso [...]. Qual é a filha, ou a mãe, que tem um marido, que tem um esposo, não é, que vai denunciar o próprio companheiro, não é?⁶

⁴Termo utilizado por Margareth Rago em: RAGO, Margareth. Prefácio. In: *Leituras Matutinas: Utopias e Heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. XIV.

⁵ V.F.F. *Entrevista concedida a Camila Diane Silva*. Joinville, 09 dez. 2008.

⁶ C.S. *Entrevista concedida a Camila Diane Silva*. Joinville 06 out. 2008.

A problemática está na ausência de se pensar e concretizar políticas públicas voltadas à questão da mulher em condição de cárcere, bem como as egressas deste sistema, pois se não há um trabalho ressocializante na prisão e fora dela, para muitas mulheres e homens o ambiente prisional passa a ser um local melhor para se viver que a “liberdade” do mundo externo. Como revela a fala seguinte de uma detenta viciada em drogas, moradora de rua e HIV positivo:

E eu pedia pra Deus, que eu viesse para o presídio, por que não tinha, como não, não ficar, é, na rua, eu ia morrer [...]. Hoje eu to aqui no presídio, to gorda [...]. Quem tá na cadeia e era viciado na droga na rua, ele tem que erguer as mãos pro céu, não é cara. Eu agradeço, eu agradeço muito aos ‘homens’ por tar presa [...]. Eu to bem aqui. Se eu preciso de um remédio, eles me dão. Se eu preciso de um médico, eles me dão. Tudo que eu preciso eles me dão. Comida boa, tem tudo aqui! Pelo menos eu não tô na rua usando droga⁷

Percebe-se que cada vez mais estas mulheres são conduzidas a acreditarem em uma concepção de sociedade, na qual elas já não mais pertencem, ou nunca pertenceram, condicionando-se e sendo condicionadas às margens, as ausências e aos esquecimentos da sociedade. Proporcionar visibilidades a estas vozes é uma forma de inserir estas mulheres não somente na historiografia, mas fazê-las se sentirem agentes históricos e incluídas na sociedade. Como afirma Bosi “[...] lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito” (BOSI, 1999, p. 39). E este é um dos papéis fundamentais desta pesquisa ao utilizar-se da História Oral, tornar-se um escutador infinito, proporcionando visibilidades a invisibilidades.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia desta pesquisa consistiu em algumas etapas, sendo a primeira responsável pela análise da bibliografia básica. Cujo foco foi centrado em temáticas relacionadas à historiografia de Joinville, instituições fechadas, a questão do/a egresso/a do sistema carcerário, gênero, memória e História Oral, de forma a oferecer o aporte teórico, fomentando a pesquisa. Dando seqüência, a segunda etapa contou com a análise de artigos de jornais das bibliotecas do Centro de Direitos Humanos “Maria da Graça Brás”, bem como do Arquivo Histórico de Joinville, a fim de perceber os discursos recorrentes ao tema. Após estas etapas de embasamento teórico, foram realizadas, transcritas e analisadas as entrevistas com mulheres condicionadas ao cárcere, egressas do sistema, bem como mulheres ligadas a instituições que trabalham com esta questão, como o Conselho Carcerário da Comunidade de Joinville, o Centro de Direitos Humanos “Maria da Graça Brás” – CDH e a Pastoral Carcerária, por intermédio da metodologia de História Oral. As entrevistas foram realizadas nas instituições, bem como na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville. Após as análises, as fitas com as entrevistas e transcrições foram doadas para o Laboratório de História Oral da Univille, para acesso de demais pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa além de contribuir com a historiografia local, devido à ausência de produções relacionadas às mulheres condicionadas e egressas do sistema carcerário, bem como a instituição carcerária, tem em vista ações relacionadas à área de Assistência Social, tendo em vista que os resultados da pesquisa poderão auxiliar as instituições supracitadas ao elaborarem políticas públicas voltadas a estas questões.

⁷M.D. *Entrevista concedida a Camila Diane Silva*. Joinville, 07 out. 2008.

CONCLUSÃO

Possibilitar que estas vozes ganhem visibilidade na historiografia da cidade, tendo em vista que seus ecos se fazem ausentes, subsidiando órgãos como o Conselho Carcerário de Joinville e o Centro de Direitos Humanos “Maria da Graça Brás” a pensarem políticas públicas voltadas a questão da mulher condicionada e egressa do sistema, é uma forma de evitar os casos de reincidência. Pois, se o número da população carcerária feminina subiu nos últimos anos e os índices de reincidências são comuns, nota-se que não há políticas públicas dispostas a promover a reintegração daquelas que já estiveram na condição de egressas e então retornaram às celas. Portanto, problematizar diferentes narrativas de mulheres que vivenciam e/ou vivenciaram as situações de cárcere e egressas do sistema prisional, pode contribuir também com a historiografia local, que até o momento não tematizou este assunto.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 39.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. P. 11.

RAGO, Margareth. Prefácio. In: *Leituras Matutinas: Utopias e Heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. XIV.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez.1990.